

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE 2017

- 1-Emissão de Parecer relativo ao documento: Perfil dos Alunos século XXI;
- 2- Deliberação relativa à calendarização do Processo de Eleição do Diretor.

A professora Lurdes Brás, solicitou a introdução de um ponto prévio à ordem de trabalhos: aprovação da Comissão Eleitoral para o Orçamento Participativo da Escola, informando que esta eleição decorrerá no polivalente da Escola Básica António Sérgio, a comissão eleitoral é constituída pela professora Leopoldina Fernandes e pelos delegados das turmas do nono ano. Nesta eleição poderão participar os alunos do terceiro ciclo portadores de cartão de estudante. O Conselho Geral aprovou por unanimidade a constituição da Comissão Eleitoral para o Orçamento Participativo.

Análise do documento Perfil dos Alunos do século XXI: A diretora do agrupamento transmitiu o seu ponto de vista bem como o dos elementos do Conselho Pedagógico. Assim, são da opinião que, em termos gerais, este documento está de acordo com o Projeto Educativo do Agrupamento. Salientou como aspetos positivos a mudança de paradigma em relação aos conteúdos e metas curriculares, a identificação com o apelo que é feito à educação para a cidadania, o ênfase dado ao experimentalismo em detrimento da demonstração. Como preocupações que partilha com o Conselho Pedagógico destacou o cunho generalista do documento salientando que deveria existir uma repartição, das ações aí definidas, pelos vários ciclos de escolaridade; a pouca coerência do documento com os programas muito longos e espartilhantes da ação que estão em vigor, a necessidade de definição, antes do término do ano letivo relativamente à matriz curricular nomeadamente no que respeita aos vinte e cinco por cento de autonomia local. Em súmula a professora Lurdes Brás concorda com os princípios orientadores do documento, mas apresenta reservas relativamente ao modo como o mesmo vai ser operacionalizado. De seguida interveio a professora Ana Paula Costa dando conhecimento da sua identificação com Perfil dos Alunos século XXI enfatizando o ponto seis, aplicações práticas, salientando que era o que estava a ser construído há seis anos atrás. Realçou que, sendo este um perfil de competências, a valorização do conhecimento dos alunos não é tão taxativa. A doutora Dina Medina, representante da Câmara Municipal, afirmou que concordava plenamente com o documento, mostrando apenas apreensão quanto à sua operacionalização. O senhor João Bettencourt, representante dos encarregados de educação do pré-escolar, manifestou a sua concordância com o documento nomeadamente com a identificação dos sete pilares de Edgar Morrin feita na introdução e com as competências e descritores operativos. Considera que mais importante do que definir o perfil do aluno é que o mesmo seja exequível. Como dúvidas ao Perfil dos Alunos século XXI identificou a importância a ser dada ao pré-escolar para se atingir, no final da escolaridade obrigatória, um indivíduo com as competências referidas no Perfil, a motivação dos docentes para aplicação do documento, e dos auxiliares de ação educativa para a mudança de paradigma. Questionou se seriam ou não suficientes os recursos humanos existentes na área da psicologia e da psicopedagogia. A representante da Junta de Freguesia, Dra Helena Cardoso afirmou que perspetiva este documento como um manual a ser seguido pelas

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE 2017

escolas e que o mesmo é fruto da necessidade de evolução que tem vindo a acontecer na escola.

A representante dos encarregados de educação dona Rita Cassia manifestou, como mãe e professora, a sua preocupação relativa ao choque existente entre este perfil no qual está implícita a educação humanista e integral da criança com o novo modelo familiar existente em que impera um paradigma mais individualista. A representante do pessoal administrativo, dona Maria José, referiu que as tecnologias estão muito implícitas neste Perfil e que escola deverá modernizar-se mais. Referiu ainda o currículo em vigor, com um travão à progressão do aluno. A presidente do Conselho Geral, professora Manuela Rebelo começou por afirmar ter-lhe sido difícil refletir sobre o documento pois a introdução é apaixonante e pressupõe uma adesão imediata ao conteúdo. Salientou, como de extraordinária importância, o objetivar das questões da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e da preservação do planeta definidas no ponto dois, Princípios do Perfil dos Alunos século XXI. Ainda neste ponto referiu a importância da estabilidade na educação pois os alunos não podem ser alvo de experiências e todas as implementações devem ser acompanhadas de uma monitorização e aferição sérias. No que respeita aos descritores operativos manifestou preocupação no que respeita a possibilidade de se enveredar por uma via oposta à do conhecimento. De seguida foi lida pela professora Manuela Rebelo a proposta de um parecer à qual a representante da Junta Freguesia, Dra. Helena Cardoso pediu que fosse acrescentado que as competências da Junta de Freguesia deviam ser completamente revistas nomeadamente, no que respeita às competências junto das famílias pois, as juntas de freguesia têm uma maior proximidade/facilidade em trabalhar com os agrupamentos de escolas exemplificando com a formação parental. Após esta alteração foi aprovada pelos membros do Conselho Geral **presentes a proposta do parecer sobre Perfil dos Alunos século XXI (adiante transcrito)**

Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso: O Agrupamento vai-se candidatar aos Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso. Esta candidatura terá que ser entregue até ao dia quinze de março e a escola participa em três eixos de ação. A saber, multiculturalidade/barreira da língua; competências sociais desde o pré-escolar e desenvolvimento do saber em si com oficinas de Matemática e Ciências Experimentais. Este projeto é por três anos e temos que cumprir as metas propostas: melhoria, de dez por cento, relativamente ao sucesso pleno, melhoria em vinte e cinco por cento relativamente ao nível de abandono escolar, taxa de desistência ou retenção. Estes objetivos de melhoria são relativos à taxa atual e referem-se à média dos três anos. A aprovação da candidatura trará uma verba que será utilizada em função das necessidades do agrupamento. A representante da Câmara Municipal de Sintra, Dra. Dina Medina deu a conhecer que a Câmara está a elaborar a sua candidatura a um projeto subordinado ao tema “Como vamos mudar a forma de ensinar”. Esta candidatura abrange todos os agrupamentos do concelho que deverão, individualmente, elaborar uma ficha onde identifiquem as suas intenções para cumprir este objetivo.

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE 2017

Calendarização do Processo de Eleição do Diretor. Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, de acordo com o estipulado no decreto-lei 75 de 2008 e, tendo com referência o dia a data de tomada de posse da diretora do agrupamento em exercício, um de julho de dois mil e treze, o Conselho Geral, delibera na presente data, dar início aos procedimentos para a abertura do concurso para diretor de agrupamento a partir do dia vinte e sete de março de dois mil e dezassete.

A Presidente do Conselho Geral

Manuela Rebelo

Documento Aprovado em Reunião de Conselho Geral- Parecer sobre Perfil dos Alunos século XXI (Transcrição)

Princípios

Dos princípios que o documento explicita, destacar, por estar enunciado de forma objetiva e corresponder a uma necessidade dos nossos dias, “Contribuir para o desenvolvimento sustentável” o que implica a existência de um trabalho pensado e continuado, de formação dos jovens para uma cidadania interventiva. Destacamos também o princípio da estabilidade, “Garantir a estabilidade “para que a educação se processe de forma consistente, permitindo dar a cada um uma base sólida de formação ao nível dos conhecimentos capacidades e atitudes. Este princípio assenta, no aumento da escolaridade obrigatória mas também na possibilidade de aprender ao longo da vida. Determinante é que esta estabilidade se alicerce também na estabilização do corpo docente. Desta forma existirão condições para a formação de equipas consistentes, que comunguem de posturas pedagógicas, veículos para a consecução destes princípios. Os professores devem poder aprender uns com os outros e se entusiasmarem mutuamente. Para além disso, ao nível da comunidade, urge a valorização da escola e dos seus agentes, o que implica, em muitos casos uma alteração de postura, uma maior compreensão e valorização do que a escola faz e pode fazer, ainda melhor, para o desenvolvimento de uma comunidade. A comunicação sobre a escola tem-se vindo a focalizar nos aspetos menos positivos, em listas ordenadas de resultados e muito menos na apresentação de projetos inovadores, na excelência. Desta forma, assumir estes princípios implica que ao nível das comunidades existam políticas articuladas a nível cultural e de educação das populações, em estreita comunicação com as escolas, em que as autarquias, pela proximidade, pela capacidade de facilitadoras da comunicação, terão um papel importantíssimo a desempenhar, mas também o terá o Estado no contexto do serviço público, evidenciando que a preocupação com a instrução e educação dos cidadãos é transversal. Hoje aprende-se e desenvolvem-se competências na escola mas também fora dela e o meio envolvente deve ter capacidades para o fazer. O Conselho Geral expressa a sua concordância com os princípios enunciados.

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE 2017

Visão

Expressamos a nossa concordância com um modelo de ensino/aprendizagem personalizado, visando a realização pessoal individual que emana da visão expressa neste documento. O Conselho Geral constata que as escolas de hoje trabalham com alunos que exprimem a enorme diversidade dos meios sociais de origem, muitos deles provenientes de contextos sociais frágeis, muitos trazendo à escola os ecos de mudanças a nível de valores sociais, das novas estruturas familiares, da multiculturalidade. São fatores de enriquecimento da comunidade escolar que levam a escola a pensar-se para se organizar e dar resposta a tantos e tão variados desafios, no entanto, é necessário dotar as escolas de capacidade efetiva para a organização de respostas inclusivas, para a organização da procura da excelência, pelo que a discriminação positiva será fundamental, sobretudo, nos meios mais carenciados. É importante, igualmente, a focalização na importância da aquisição de saberes, sólidos, substantivos, gerais e específicos que dotem os alunos de uma cultura vasta, na qual se cimeta o desenvolvimento de capacidades, a capacidade de intervenção crítica, a capacidade de fruir dos diversos saberes. Capacidades essas sem as quais não se poderá concretizar, esta assunção humanista da educação, que subjaz a todo o discurso presente no documento e com a qual nos identificamos.

Valores

Ao pretender-se, justamente, que ao longo da sua escolarização, e em todas as áreas do saber, se proporcionem oportunidades que permitam desenvolver competências e exprimir valores, analisando criticamente as ações que deles derivam, e tomar decisões com base em critérios éticos, é necessário que a montante desta intencionalidade se criem as condições objetivas ao nível da implementação de projetos curriculares significativos. Para tal, é fundamental conceder às escolas liberdade, devidamente enquadrada e apoiada por meios, que lhes permitam dar aos alunos uma educação de qualidade, respeitando a suas características individuais. Adquire ainda maior importância a autoavaliação das escolas, para o que é importante que o sistema educativo realize uma monitorização dos processos de ensino e aprendizagem através de uma estratégia de aferição externa que facilite a autoavaliação de cada Agrupamento. As práticas de avaliação interna, a valorização dos órgãos de gestão intermédia, o acompanhamento da aplicação destas orientações através das práticas de aferição interna e externa são fundamentais para que sejam estes os valores veiculados pelo ensino.

Competências-chave

O conceito de competência está muito bem apresentado. As competências chave apresentadas correspondem a necessidades individuais e coletivas, são

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE 2017

simultaneamente gerais e específicas, transversais e instrumentais, o que opera uma simplificação que ajuda as atividades de planificação do currículo. É importante esclarecer quais os documentos orientadores do trabalho prático nas escolas. No global, as competências chave formuladas representam uma guia clara. O trabalho colaborativo e cooperativo dos docentes surge como uma necessidade para a sua realização. A visão do currículo como projeto parece ser a adequada para orientar o ensino, de modo a operacionalizar, progressivamente, cada uma das competências e cumprir as orientações de planificação e avaliação incluídas nos descritores.

Implicações práticas

As alterações de práticas pedagógicas e didáticas apresentadas capazes de adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos, não são novas na sua essência, colocam sim, de novo, a centralidade na capacidade dos professores para operacionalizar o ensino. A ação didática e pedagógica dos professores é valorizada, o que só pode obter a nossa concordância. É importante também, neste contexto, a monitorização e aferição pois não se pode confundir com o conceder menor importância aos conteúdos programáticos ou práticas de facilitismo que não cumprirão os princípios e valores expressos. Parece-nos importante que possa existir uma área curricular sem um programa definido, com orientações gerais, com um horário que possa apoiar os alunos na descoberta de formas de organização do trabalho, que apoiem os projetos de trabalho a nível interdisciplinar, curricular ou de enriquecimento curricular. Uma disciplina de Formação Cívica com orientações desde o primeiro ciclo. A valorização do ensino das humanidades, expressa em componentes horárias suficientes; a existência de acesso às tecnologias e o reforço da componente experimental nas ciências naturais. A organização de atividades cooperativas de aprendizagem, estratégias que permitam a construção da autonomia são saberes fazer dos professores e das escolas que importa valorizar. No caso das escolas do Agrupamento, esses desígnios sempre constituíram objetivos enunciados. A diversidade da oferta curricular permitindo a efetiva inclusão é já uma realidade positiva que importa manter.

Conclusão

O Conselho Geral, ouvido o Conselho Pedagógico, manifesta a sua concordância unânime relativamente ao conteúdo do documento "Perfil dos alunos para o século XXI". Estes princípios adequam-se à visão de escola e do seu compromisso social, que o Agrupamento António Sérgio, honrando o ideário do seu patrono e a cultura do Agrupamento, tem desenvolvido, tal como expresso no Nosso Projeto Educativo.

Pelo Conselho Geral



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Agrupamento
de
Escolas António Sérgio

CONSELHO GERAL- SÚMULA DA REUNIÃO DE OITO DE MARÇO DE
2017

A Presidente

Maria Manuela Rebelo